

SUMÁRIO

4

Introdução

Propósito
Visão
Missão
Valores
Mensagem do Presidente
Editorial
Princípios Cooperativistas
Nossos Números

15

Nossas Ações

Expansão e Inclusão
Responsabilidade Social
Responsabilidade Ambiental
Agronegócios
Profissionalização
Empreendedorismo
Desenvolvimento
Memória & Cultura
Tradição
Eventos
Governança

46

Relatório da Administração

50

Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial
Demonstração das Sobras ou Perdas
Demonstração do Resultado Abrangente
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa

56

Notas Explicativas

91

Parecer de Auditoria

95

Parecer do Conselho Fiscal



1

INTRODUÇÃO

Propósito

Conectar pessoas
para promover
Justiça Financeira
e Prosperidade.



Visão

Ser referência em Cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e Comunidade.



Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de Cooperação.





Valores

- Respeito e Valorização das Pessoas;
- Cooperativismo e Sustentabilidade;
 - Ética e Integridade;
 - Excelência e Eficiência;
 - Liderança Responsável;
- Inovação e Simplicidade.



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mares do Cooperativismo



“Navegar é preciso”, eis um dos versos mais conhecidos de Fernando Pessoa.

Estamos, afinal, sempre em movimento, mobilidade, transição, travessia. Poderíamos simbolizar, pois, o barco como a empresa com seus equipamentos, sua cultura, sua contextualização, o olhar para além. Tínhamos – ao zarparmos, quase 37 anos atrás – uma caravela, alguns marujos obstinados, o mar desconhecido, enigmático. Ao mesmo tempo, compartilhávamos o objetivo maior de dotar a comunidade de uma Instituição Financeira geradora e promotora de estabilidade na economia local.

Algo ousado que provamos ser possível.

Na verdade, toda boa viagem envolve, como sabemos, ponto de partida, destino (visão de longo prazo), trajeto (ações necessárias para se chegar a bom termo) e até a ânsia pela imensidão à frente. Isso sem falar nas transformações e mudanças enfrentadas ao longo do roteiro. No caso específico da jornada por Justiça Financeira, há o impacto de pautas políticas, econômicas, sociais, climático-ambientais, tecnológicas, comportamentais. Mas soubemos, com expertise, lidar com todas elas de maneira agregadora, estratégica, sustentável.

Por esse motivo, estamos prontos tanto para contextos cada vez mais virtuais e de redes cibernéticas impulsivando agilidade de processos; quanto para a otimização de recursos naturais, de bens materiais e, oxalá, uma economia compartilhada e consciente valorizando a diversidade, o coletivo. Algo que, aliás, incentivamos e está no cerne da nossa missão.

Para isso, promovemos uma cultura de diálogo e planejamento. Ou melhor, criamos redes interorganizacionais que gerem ganhos coletivos e conexão com o próximo. Afinal, Cooperação e trabalho em equipe promovem a aprendizagem e o autoaperfeiçoamento; estimulam o respeito à diversidade; ampliam a criatividade e a inovação; fortalecem círculos sociais; dignificam e enobrecem.

Para encerrar, lembro aqui de Henry Ford ao mencionar que “unir-se é um bom começo, manter a união é um progresso, trabalhar em conjunto é a vitória”. Já Alexandre Magno pontua que “da conduta de cada um depende o destino de todos”. Ambas têm, nas entrelinhas, filosofias essenciais do Cooperativismo que são praticadas em nosso cotidiano institucional. E assim permaneceremos.

Boa leitura!



EDITORIAL

“Amanhã resolvo isso”; “amanhã recomeço”; “amanhã será melhor”. Humanos – e falhos – como somos, nos movemos sempre pela expectativa do depois e por uma certeza quase inabalável de que ele vai, de fato, existir.

Um otimismo que, de fato, equilibra tudo. É com sonhos que prosseguimos; é com possibilidades que nos fortalecemos; é pra superar o ontem que existimos. Mas é preciso olhar pra frente com cuidado e – apesar de toda imprevisibilidade que também nos acompanha – planejamento.

Chega a ser irônico. O ontem é, para nós, uma caixa de memórias afetivas, aprendizados assimilados, erros a serem corrigidos. Já o hoje é uma chance de aperfeiçoamento em busca de um amanhã que, com sorte, estará aqui. Tudo provisório e frenético num ciclo móvel que transforma em passado o que já foi presente e, um dia, visualizamos sim como futuro.

Daí o poder da resiliência e a força da reconstrução. Algo transformador individualmente; algo essencial para uma instituição. Que o diga o Sicoob Credivertentes.

Em 1986, esta Cooperativa era uma utopia para seus membros-fundadores, uma loucura para quem testemunhava seu surgimento. Nos anos 1990, já era revolucionária e uma promessa de avanço mesmo enfrentando, junto com todo o país, as agruras políticas e econômicas da época. Chegar à virada do milênio foi, então, um ato de resistência e bravura.

Assim como o foi, recentemente, seguir avançando apesar dos estragos de uma Pandemia. Como? Graças a anos e décadas de planejamento sustentável; graças a um trabalho coletivo, cuidadoso e responsável de nossa equipe; graças ao entendimento coletivo de que crescer envolve cidadania e bem-comum.

Em 2020, o Sicoob Credivertentes transformou incertezas em confiança. Um a um em todas as nossas agências, Cooperados puderam falar, ouvir, entender e redesenhar seus próximos passos financeiramente em renegociações com Justiça Financeira. Tudo isso enquanto oportunidades de Crédito continuaram sendo ofertadas a quem precisasse. O ano de 2022 é, portanto, resultado de uma trajetória que beira os 37 anos; de uma expertise colocada à prova e demonstrada em momentos de crise; da compreensão de que o amanhã não é um acaso. É uma oportunidade que, aqui, é construída por, para e com nossos 35 mil Cooperados.

Boa leitura.

EXPEDIENTE

Filiada ao Sicoob Central Crediminas; à OCEMG - Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais; e à OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Pinto de Oliveira - Presidente
Fabiana Diéle Barros de Oliveira - Vice-Presidente
Antônio Vicente de Andrade; Cristiano Alexandre de Almeida;
Lígia Honorina Moreira; Luís Cláudio dos Reis; Mauro Caporali
Vivas; Wagner Ferraz Coelho Presotti; Yuri Carvalho Gomes

DIRETORIA EXECUTIVA

Flávia Alves Coelho - Diretora Executiva Administrativa
Helder Resende - Diretor Executivo de Gestão de Risco
Luiz Henrique Garcia - Diretor Executivo Financeiro

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Cristóvão Avelar, Luís Gustavo de Resende e Rafael César Leão

Suplentes: Henrique Fernando Godinho Santos, Miguel Arcanjo de Carvalho, Manoel Salomão de Almeida

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Veículo impresso anual do Sicoob Credivertentes - Cooperativa de Crédito Credivertentes Ltda.

Endereço: Rua Carlos Pereira, 100 - Centro
36350-000 - São Tiago - MG - **Telefax:** (32) 3376-1386

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

CIRCULAÇÃO

São Tiago, Alfredo Vasconcelos, Alto Rio Doce, Bias Fortes, Belo Horizonte, Barbacena, Cipotânea, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Desterro do Melo, Dolores de Campos, Ibertioga, Itutinga, Madre de Deus de Minas, Mercês de Água Limpa, Morro do

Ferro, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritópolis, Santa Rita de Ibitipoca, Santana do Garambéu, São João del-Rei e Senhora dos Remédios.

APOIO OPERACIONAL

Elisa Cibele Coelho

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Mariane Fonseca - MTB 15.883/MG

Tiragem: 500 exemplares

DIAGRAMAÇÃO

Mapa de Minas Comunicação Integrada

Os materiais veiculados no Relatório de Sustentabilidade do Sicoob Credivertentes podem ser reproduzidos, desde que citadas as fontes. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, a opinião da Cooperativa.

PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

Na busca por Equidade, Justiça e Sustentabilidade, o Cooperativismo tem como bússola sete tópicos essenciais:

1

ADESÃO LIVRE E VOLUNTÁRIA

Cooperativas são organizações feitas por, para e com TODAS as pessoas. Isto é, gente que acredita em seus valores e decide, por livre e espontânea vontade, fazer parte de um movimento transformador.

2

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Um membro, um voto. Aqui, toda voz é ouvida. Algo que começa no atendimento humanizado e se estende à Governança. No caso do Sicoob Credivertentes, por exemplo, os próprios Cooperados elegem seus delegados. Cabe a eles, então, participarem ativamente das tomadas de decisões institucionais durante Assembleia.

3

PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA

Aqui não há clientes. Há donos que, ao aderirem à filosofia de partilha e justiça, investem em suas respectivas cotas. Eis que, somadas, elas formam o Capital Social da Cooperativa, sendo revertidas em Crédito no mercado, fomento à economia local. Tudo isso com rendimentos anuais através do compartilhamento de resultados.





4

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

No Cooperativismo, parcerias são sempre bem-vindas – especialmente quando visam o desenvolvimento e o bem-comum. Nenhum acordo, porém, pode significar ameaça à liberdade das Cooperativas ou macular tomadas de decisões que devem partir dos Cooperados (e ninguém mais).

5

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

Como organização viva, competitiva no mercado e visando um futuro comum, nossa Cooperativa (literalmente) investe no conhecimento. Afinal, ele é conscientizador, fortalecedor, capacitador e revolucionário.

6

INTERCOOPERAÇÃO

Ajuda mútua. No Cooperativismo, ela ocorre entre pessoas, Comunidades e instituições.

7

INTERESSE PELA COMUNIDADE

O Sicoob Credivertentes faz mais – muito mais! – do que disponibilizar Crédito. Na nossa Cooperativa, há “valores” que não cabem no bolso (e MUDAM tudo). Neste relatório não faltam exemplos disso.



NOSSOS NÚMEROS

No Sicoob, resultados são tão importantes quanto... histórias. Aqui, toda soma, porcentagem, cifra e desempenho traz, junto, a conexão entre equipes e Comunidades. Porque oferecer o produto ou serviço de um portfólio completo requer diálogo atento; e adequar soluções às necessidades de quem vem até nós só é possível com interesse humano, empático, real.

Não por outro motivo, este é o maior Sistema Cooperativista de Crédito do país, congregando nada menos que 7 milhões de pessoas em todo o território. O Sicoob Creditivertentes faz parte dessa rede e congrega 35 mil pessoas em 25 lo-

calidades. Todas unidas em prol do Desenvolvimento Coletivo, da Sustentabilidade, da Justiça Financeira.

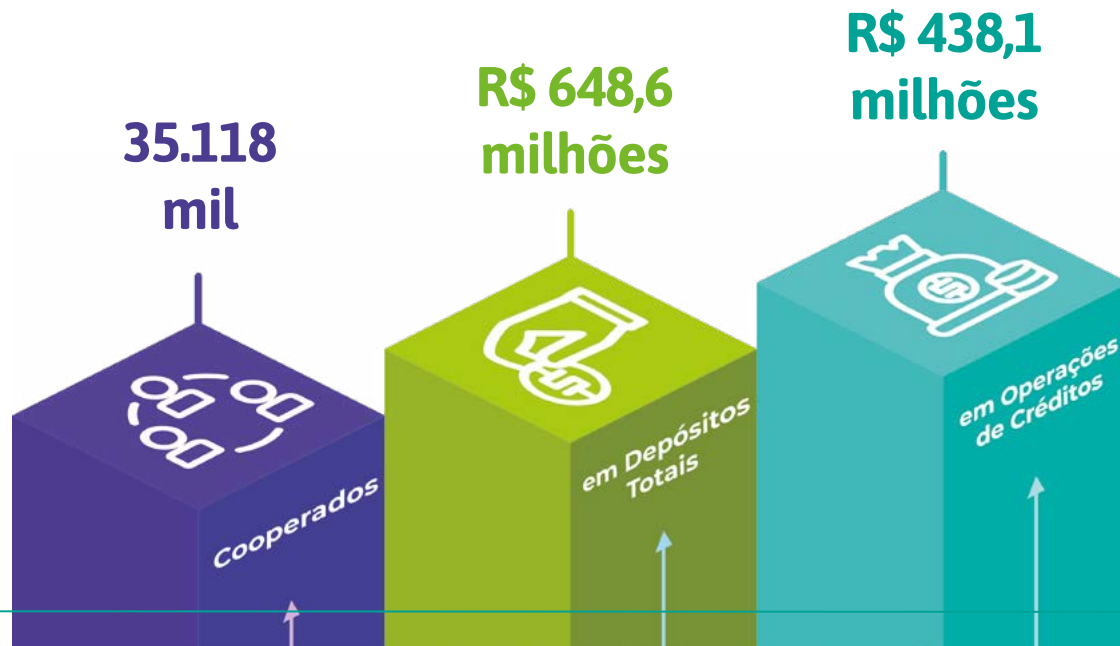
Mas, afinal, o que ela representa? O conceito é amplo, de fato, mas simples de compreender. Em 16 de fevereiro, por exemplo, inauguramos nossa agência em Cipotânea, município a 75km de Barbacena. Com a expansão, mais de 7 mil pessoas passaram a contar com Caixas Eletrônicas perto de casa e suporte profissional especializado em qualquer demanda financeira. Antes disso, a comunidade precisava recorrer a representantes bancários quase sempre sem dinheiro em espécie ou, até mesmo, percorrer as estradas


da redondeza para fazer saques em cidades vizinhas.

CRÉDITO TRANQUILO

Há, ainda, o impacto direto no próprio bolso. Segundo levantamento publicado pelo *Valor Investe* a partir de dados do Banco Central, as taxas médias de juros no Sicoob chegam a ser, acredite, até 56% mais baixas que as praticadas no mercado. Talvez por isso a carteira de Crédito do Sistema tenha crescido quase 30% só no primeiro semestre de 2022. Ao todo, no período, foram injetados R\$130,6 bilhões no mercado brasileiro.

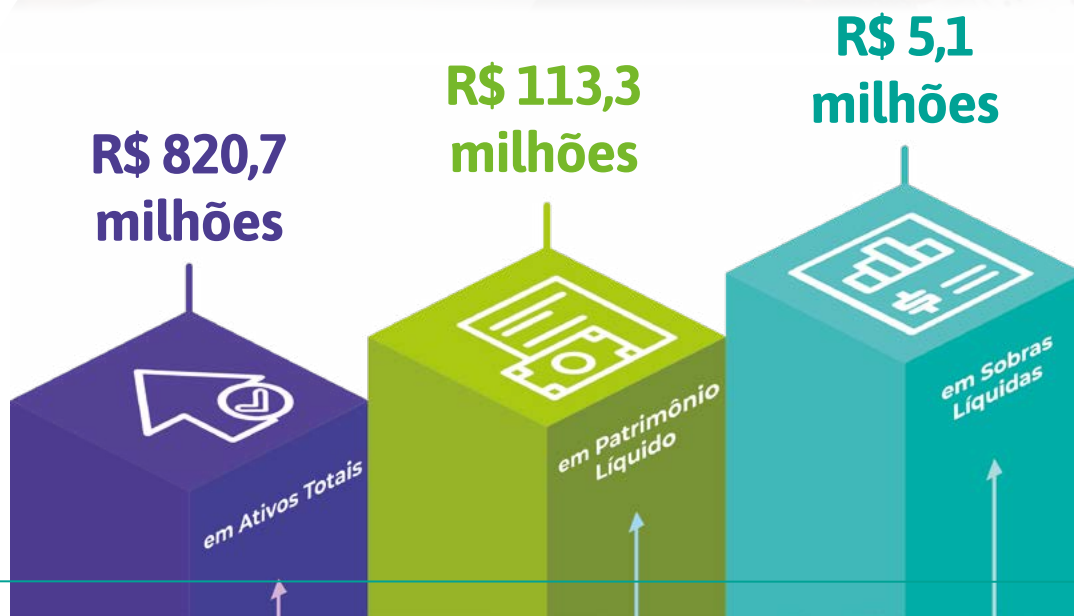
E o Sicoob Creditivertentes fez parte disso. De janeiro a dezembro do





ano passado, nossa Cooperativa ultrapassou a marca de R\$436 milhões em Operações. Isso significa disponibilizar recursos a Pessoas Físicas e Jurídicas que querem realizar sonhos, implementar projetos, cumprir metas, reorganizar as contas.

Isso sem falar na distribuição de resultados e no pagamento de Juros ao Capital. Sim, ao final de cada exercício positivo, a Conta Capital de nossos Cooperados recebe adendos. O Ciclo Virtuoso, leitor, faz toda a diferença.



2

NOSSAS AÇÕES



EXPANSÃO E INCLUSÃO

Mais de 400 cidades brasileiras não contam com instituições bancárias. São, então, mais de 400 populações inteiras sem acesso a Crédito, Poupança, Depósitos e Saques perto de casa. Um dado que afeta, na ponta do lápis, mais de 34 milhões de brasileiros. E tende a crescer. Segundo levantamento do Banco Central publicado pelo *O Globo*, pelo menos 5,5

mil agências fecharam as portas no país em 7 anos – uma queda superior a 25% na comparação aos estabelecimentos em funcionamento até 2015.

A tendência segue a contramão da trajetória do Sicoob Crediverdentes. Desde 1986, quando a instituição foi fundada, incluir Comunidades e sua gente no mapa financeiro sempre foi, ao mesmo tempo, um sonho e

uma meta. E ela foi cumprida.

Hoje presente em 25 comunidades, a Cooperativa ainda é única representante do mercado financeiro em sete delas, até então esquecidas pelo sistema bancário tradicional. Abrir portas e oportunidades nesses lugares é, então, um movimento inclusivo, ético, respeitoso e desenvolvimentista em todos os sentidos.

Sicoob Credivertentes expande mapa de atuação e chega a quatro novas comunidades em 2022

“Não ganhamos uma Cooperativa, ganhamos um presente”, explica Ederson Gonçalves, Cooperado do Sicoob Credivertentes desde o primeiro bimestre de 2022. Na verdade, em fevereiro do ano passado a Cooperativa inaugurou oficialmente, em Santa Rita de Ibitipoca e Santana do Garambéu, dois Pontos de Atendimento Eletrônicos (PAES). Isto é, estruturas com Terminais de Autoatendimento e portfólio completo a serviço da população. Ambas as unidades são vinculadas à agência de Ibertioga numa relação que, atesta Ederson, deu muito certo. “Indico a instituição a toda alma viva que passa por mim e vou seguir fazendo isso sempre que puder. A nossa vida é outra agora que podemos fazer saques, pagar

boletos e até buscar Crédito perto de casa. Tudo isso trouxe uma dignidade enorme pra nós”, frisa.

Experiências semelhantes vivem os moradores de Desterro do Melo. Isso porque, desde outubro, o município também ostenta um PAE levando Justiça Financeira à Comunidade. Não parou por aí. O quarto Ponto de Atendimento Eletrônico foi aberto em Bias Fortes, em dezembro. A chegada do Sicoob Credivertentes ao local, aliás, marcou a virada de uma página sofrida por ali. “Meses antes, a única instituição financeira com que podíamos contar nos abandonou. Foi do dia para a noite sem diálogo, sem entendermos o porquê. A esperança voltou com esta Cooperativa que nos entendeu, nos reconheceu

e valorizou”, contou o prefeito local, Fabrício Almeida.

PÁTIO MATOSINHOS

Um *open mall* com 11 mil m² de área construída e nada menos que 42 lojas. Onde? Simplesmente no Bairro Matosinhos, onde moram 25 mil pessoas. Pois bem: nesse complexo gigantesco o Sicoob Credivertentes instalou seu quinto Ponto de Atendimento Eletrônico, em junho. Ali, o PAE funciona como desdobramento da agência de São João del-Rei. Em outras palavras, além de promover Cidadania onde não há suporte bancário, nossa Cooperativa expande possibilidades, negócios e mercados em pontos estratégicos do mapa.

PAE foi instalado,
também, no Pátio
Matosinhos, maior
centro comercial de
São João del-Rei





RESPONSABILIDADE SOCIAL

“Passei mal há pouco tempo, caí e me levaram para o hospital. Era fome”, contou uma senhora de Ibertioga à equipe do Sicoob Crediver- tentes que, em julho, levou até ela 18 quilos de mantimentos, incluindo arroz, feijão, óleo e sal. Até então, tudo isso faltava numa realidade compartilhada por 33 milhões de pessoas no país, segundo levantamento da Rede

Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN).

“São estatísticas que por si só nos chocam”, diz o membro-fundador e presidente da Cooperativa de Crédito, João Pinto de Oliveira. E completa: “Mas é preciso ir além dos números. Cada indivíduo privado de um direito tão básico tem uma

história, uma luta, uma dor. São pais e mães de família que sofrem por seus filhos; crianças crescendo sem o mínimo; jovens que deixam de crer no futuro e na vida. Sabemos que sozinhos não podemos salvar o mundo. Porém, se cada um olhar ao seu redor e nesse pequeno espaço tentar fazer a diferença, a transformação começa a acontecer”.



Mobilização entrega alimentos a mais de mil famílias da região

Já ouviu falar na *Agenda 30*? Pois bem: o termo diz respeito a um compromisso global coordenado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e assumido por mais de 190 países. A meta é, até 2030, cumprir 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo “fome zero”, “redução das desigualdades”.

O Sicoob Credivertentes quer fazer parte disso, de alguma forma. Daí distribuir mais de 20 toneladas de alimentos em 22 cidades e distritos tanto no Campo das Vertentes quanto na capital mineira, Belo Horizonte. Ao todo, 1,1 mil famílias receberam ces-

tas básicas num mutirão realizado em pleno Dia de Cooperar (Dia C), data emblemática para o Cooperativismo brasileiro.

O QUE FICA

Em São Tiago, cidade-sede do Sicoob Credivertentes, as cestas básicas ganharam adendos. “O município é conhecido como a Terra do Café com Biscoito e, com coração aberto, produtores nos doaram mais de 400 pacotes de quitutes para também serem distribuídos. Houve ainda doces que compuseram saquinhos-surpresa para cerca de 60 crianças e alguns

brinquedos”, explicou a gerente da agência local, Lidiane Reis.

Em Prados, uma campanha própria arrecadou, também, cobertores. “É impossível participar de uma ação como esta e continuar sendo a mesma pessoa. A gente pensa que será um ‘dia de trabalho diferente’, mas retorna pra casa com alma e pensamentos mudados. Ajudar é gratificante mas, ao mesmo tempo, rompe nossas bolhas. Mostra realidades tocantes que precisamos lutar pra tentar mudar todos os dias, cada um fazendo a sua parte”, refletiu o agente de Atendimento Felipe Magnani.





RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Sabe a água geladinha que você coloca no copo e bebe fazendo um “aaaah!” de alívio? Pois é: pode ser a mesmíssima consumida por um Tirannossauro Rex bilhões de anos atrás. É que todo o recurso que temos sempre

foi e ainda é magicamente cíclico.

Nada disso significa, porém, que ele é infinito – e menos ainda que se trata de algo acessível a todos. Na realidade, 40% da população mundial não tem acesso a recursos hídricos

potáveis. Isso quer dizer que milhões de pessoas são impedidas de atividades tão simples quanto lavar as mãos ou... matar a sede.

Com o *Minas + Vertentes*, tentamos mudar essa realidade perto de nós.

Top 3: Minas + Vertentes é destaque nacional

O aviso vem de quem entende: “embora a Terra seja tão úmida que pareça azul vista do espaço, apenas 2,5% do montante de água disponível é doce. Desse total, a maior parte está congelada”, diz a NASA. A partir daí, fica fácil – e até aterroizante – perceber que temos muito pouco H₂O potável no planeta. Que o digam os 2,2 bilhões de pessoas no mundo que, segundo a Unicef, não têm acesso a recursos hídricos inclusive para matar a sede.

Foi pensando nessa realidade e tentando mudá-la em seu entorno que o Sicoob Credivertentes lançou, em 2019, o projeto *Minas + Vertentes*. Uma gotinha de esperança num oceano de problemas que... fluiu! Em 7 de dezembro, a proposta foi reconhecida nacionalmente com o Troféu de Bronze no *Prêmio Somos-Coop – Melhores do Ano*, realizado pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

A honraria é concedida a cada dois anos e, em 2022, somou 787 iniciativas inscritas em seis categorias.

O Sicoob Credivertentes ocupou o terceiro lugar do ranking na área de *Desenvolvimento Ambiental*. “Todos os dias ouvimos histórias de quem passou a contar com água limpa nas torneiras de casa e a viver melhor. Essa é nossa força, nosso orgulho. Agora, com esse prêmio, ganhamos motivação extra para continuar acreditando, investindo e trabalhando. A conquista é desta Cooperativa que idealizou um projeto tão bonito e de cada Cooperado que o acolheu”, frisou a supervisora de Comunicação e Marketing da instituição, Elisa Coelho.

O MOVIMENTO

O *Minas+Vertentes* foi lançado há três anos com um mote simples: proteger a água desde a fonte. Isto é, desde as nascentes (ou mananciais, olhos d’água). Tudo isso com o cuidado técnico, sustentável e gratuito desses espaços. Daí a utilização de arame, moirões e balancins como matéria-prima. Uma ação simples que evita, entre outros impasses, o

pisoteio e a contaminação do solo com dejetos animais.

Na ponta do lápis, em 2020 e 2021 foram isolados 14 mil metros de área em 22 propriedades de São Tiago, Ritópolis, Resende Costa, São João del-Rei, Prados e Coronel Xavier Chaves. Tudo custeado pelo Sicoob Credivertentes. A meta é ultrapassar a marca de 50 nascentes beneficiadas nos próximos meses, quando serão isolados mais 7 km de área hídrica em Madre de Deus de Minas e Piedade do Rio Grande. Com isso, a Cooperativa terá investido em prol de suas comunidades, só com o *Minas+Vertentes*, mais de R\$335 mil. “Penso que, como indivíduos, todos nós devemos sair da cama pensando em que legado deixaremos ao mundo naquele dia ou na vida. Como Cooperativa, o desafio é outro: que transformação seremos capazes de fazer por e junto a nossas Comunidades? O *Minas+Vertentes* é uma das respostas a essa pergunta”, encerra o diretor executivo-financeiro da instituição, Luiz Henrique Garcia.



O diretor executivo-financeiro Luiz Henrique García e a Supervisora de Comunicação e Marketing do Sicoob Credivertentes, Elisa Coelho, receberam o prêmio em Brasília



AGRONEGÓCIOS

O Brasil é o quarto maior produtor de leite do planeta, com 35 bilhões de litros ordenhados por ano. Também pudera: a estimativa é de que a Pecuária Leiteira esteja presente em 98% do nosso território, de acordo com o Governo Federal.

Em outras palavras, o fenômeno é quase unânime de Norte a Sul do país, tornando fácil deduzir que ele também ocorra, claro, em Minas Gerais. Um dos motivos, aliás, é óbvio: sem leite não há Pão de... Queijo! Fato é que, segundo o IBGE, o rebanho mineiro responde,

sozinho, por mais de 9 bilhões de litros de leite que vão para o mercado nacional e do exterior. Algo que inclui desde seu consumo *in natura* à gama imensa de derivados do alimento.

O trabalho de Seu Antônio Abreu, de 83 anos; e de Maria Karoliny Silveira Abreu, de 25, são parte dessa estrutura. Apesar do sobrenome, eles não fazem parte da mesma família, mas compartilham, em pontos diferentes do mapa, a labuta na Pecuária Leiteira. Ele é um dos ruralistas na Capão do Cedro, propriedade a 5km

de Morro do Ferro com 2,1 mil litros de leite ordenhados todos os dias. Já ela está à frente da Fazenda Bela Vista, em São Tiago, com 500 litros diários sendo produzidos. Além disso, têm algo mais em comum: ambos foram assistidos pelo Programa de Assistência Técnica e Gerencial Balde Cheio (ATeG Balde Cheio). No Campo das Vertentes, ele acontece como resultado da união entre a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), do Sistema Senar, e o Sicoob Credivertentes.



Cooperação e fartura: parceria impulsiona Pecuária Leiteira no Campos das Vertentes

Atualmente, 23 produtores são assistidos pelo ATeG Balde Cheio. Como? Recebendo consultorias coordenadas por técnicos como Lucas Lara mensalmente. “O trabalho que realizamos aborda tanto questões Zootécnicas quanto Econômicas”, explica ele sobre ciclo de acompanhamentos que se estende por três anos. E continua: “Isso significa que desenvolvemos um planejamento para resultados alinhando investimentos adequados, rebanho, fatores nutricionais, aspectos sanitários

e, ainda, estratégias reprodutivas. Tudo para desencadear o aumento sustentável do volume ordenhado e, claro, da lucratividade para o produtor – seja ele pequeno ou grande”.

EVENTO

Um ponto alto da parceria entre a Faemg e o Sicoob Credivertentes foi uma dobradinha de eventos realizados em 2022. Em maio, 60 pecuaristas leiteiros se reuniram na Fazenda Mato da Onça, em Morro do Ferro, para o seminário “Silagem de

Milho Reidratado”. Na oportunidade, um time de agrônomos, veterinários e zootecnistas pautaram discussões que incluíram desde manejo a inovações tecnológicas.

Já em julho, foi a vez de um Dia de Campo reunir nada menos que 170 ruralistas em São Tiago. Numa série de palestras, os presentes aprenderam e debateram sobre gestão, nutrição animal e qualidade do leite. Ganham os pecuaristas, ganham os consumidores, ganha a Economia.





EMPREENDEDORISMO

Quase metade dos brasileiros tem o mesmo sonho: abrir o próprio negócio. Os dados são do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), do Sebrae. Sim, segundo a instituição, empreender é meta de 46% da população economicamente ativa.

Uma vocação que já se reflete na longevidade do que funciona no país.

Hoje, também de acordo com o Sebrae, há 43 milhões de empreendedores na ativa. Desse total, nada menos que 14 milhões atuam no mercado há pelo menos três anos e meio. Então, com esse desempenho, o Brasil já é o 7º país mais empreendedor do planeta.

Ganha, claro, nossa Economia. Por aqui, os pequenos negócios geram

sozinhos R\$420 bilhões por ano – o equivalente, na ponta do lápis, a um terço do Produto Interno Bruto (PIB). Essa importância e força também está no Campo das Vertentes. Não por outro motivo, nossa Cooperativa repetiu parceria de sucesso com o Sebrae para realizar, em prol de Cooperados, mais um Empretec.

Cooperativa leva mais dezoito empreendedores ao Empretec

Criado em 1988, o Empretec formou mais de 200 mil pessoas em todo o globo com uma chancela de peso. Na realidade, ele é considerado o principal programa de formação de empreendedores do mundo e é balizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 40 países. No Brasil, a aplicação da metodologia é exclusiva do Sebrae, culminando em 60 horas de capacitação ao longo de seis dias.

Uma imersão desse tamanho, cla-

ro, é intensa. Mas para 50 Cooperados do Sicoob Crediverentes, valeu a pena. O grupo representa duas turmas de empreendedores certificados em 2021 e 2022. Gente que transformou a vida e a forma de fazer negócios. “Na verdade, você assimila conceitos ao longo de quase uma semana para viver o processo de mudança pelo resto da vida. Saí do Empretec com um certificado na mão e outra visão sobre mim mesmo, o meu negócio”,

diz Samuel Rodrigues, de Coronel Xavier Chaves. Lá, ele é empreendedor familiar numa produtora de temperos e ervas aromáticas vivas.

A 60km dali, Samuel Palumbo gerencia, também em família, uma panificadora. “O mais importante de todo o processo é que o aprendizado não se concentra em mim. Em poucos dias, deu pra sentir os impactos na equipe como um todo e sou muito grato ao Sicoob pela oportunidade”, diz.



DESENVOLVIMENTO

Em Resende Costa é assim: se gente abarrotada de sacolas pelas ruas da cidade já não diz o suficiente, números importantes comprovam a força do que acontece por ali. Estima-se, no município, que 70% da população economicamente ativa se envolva direta ou indiretamente com artesanato. E

que tamanha presença do trabalho manual movimenta pelo menos R\$6 milhões anuais. Isso sem falar, claro, na presença de pelo menos um tear em quase todas as casas do território.

Em breve, porém, outras cifras e outros resultados igualmente robustos devem entrar na conta. Resende

Costa caminha, a passos largos, para o desenvolvimento ainda mais potente do Turismo local – que já vem evoluindo nos últimos anos com receptivos hoteleiros na Zona Urbana e Rural; restaurantes; divulgação de sua História e o sucesso da famosíssima mascote Tixa.

Projeto de Desenvolvimento Turístico avança em Resende Costa

Desde 2021, um projeto de impulsionamento do Turismo une forças entre a Prefeitura, a Associação Empresarial e Turística de Resende Costa, o Sebrae e o Sicoob Credivertentes.

No primeiro ano, o grupo organizou seminários para debater o assunto e engatilhou, ainda, um estudo completo de potencialidades por lá. Depois, a mobilização avançou para um Plano de Ações. Para isso, entrou para o time o consultor empresarial Ronan Melo.

Segundo ele, o resultado do trabalho será a construção de um mapa estratégico para até 10 anos com propostas imediatas e de longo prazo. “Já se sabe, com clareza, o que a cidade pode oferecer com relação a atrativos, comércio, agenda cultural. Então a meta é mostrar iniciativas que potencializem tudo isso desde o primeiro momento”, explica.

Melo também destaca a importân-

cia do trabalho, que classifica como “fantástico”. “A própria forma como a proposta se desenrola, unindo diferentes instituições, já mostra isso. E vai levar, também, a grande conexão entre comunidade, negócios, cidades vizinhas”, frisa.

Prova disso é a terceira etapa da mobilização, implementada em dezembro de 2022. Na época, foram montados grupos temáticos para desenvolverem ações direcionadas, por exemplo, a Turismo Cultural e Religioso; Ecoturismo e Turismo Rural; Turismo de Negócios. Novas reuniões devem ocorrer para novo planejamento no primeiro trimestre de 2023.

PARTICIPAÇÃO

Luís Cláudio dos Reis é resendense que atua no projeto desde o início como membro do Conselho Municipal de Turismo; e compõe, ainda, o Conselho de Administração

do Sicoob Credivertentes. Para ele, a integração em todos os sentidos garantirá o sucesso da empreitada. “Muito em breve, já poderemos trabalhar com infraestrutura, capacitação, reformulação de eventos e, quem sabe, incentivos para expansão de atrativos, novos empreendimentos”, calcula.

Mesmo otimismo tem o diretor executivo-financeiro da Cooperativa, Luiz Henrique Garcia: “O Campo das Vertentes é riquíssimo em possibilidades que, desenvolvidas, podem mudar a história das comunidades. Isso já aconteceu com São Tiago e sua tradição no Café com Biscoito. Nossa instituição, aliás, foi uma das protagonistas nesse movimento. Queremos fazer parte de algo semelhante em Resende Costa. O Cooperativismo é mais do que uma ideia, é força, é envolvimento. E estamos orgulhosos dessa parceria”.





MEMÓRIA & CULTURA

Neste momento, enquanto passa os olhos por esta sequência de símbolos e letras, você exerce uma habilidade inclivelmente recente para a Humanidade em seus mais de 2,5 milhões de anos: sim, a da leitura, uma jovem senhora de 6 mil anos, aproximadamente.

E ela é revolucionária, conforme explica a neurocientista, professora e escritora americana Maryanne Wolf.

“A alfabetização é uma das maiores invenções da espécie humana porque, além de útil, ela é poderosa. Ler literalmente transforma o nosso cérebro”, diz ela à BBC Brasil.

Ninguém ousa duvidar. Aqui, no Sicoob Credivertentes, aliás, projetos editoriais da Cooperativa aproveitam esses potenciais para trazer outro benefício à tona: o de impulsionamen-

to da Cultura Regional enquanto se resgata, também, a memória coletiva.

Por isso mesmo, em 2022, a Cooperativa fez circular nada menos que 300 páginas repletas de informação em todo o Campo das Vertentes e na capital mineira, Belo Horizonte. Estima-se que 10 mil pessoas tenham garantido acesso totalmente gratuito a elas.



Publicações levam cultura, educação, memória e entretenimento à região

Quem foram Seu Preste e Dona Nuna, moradores de São Tiago? E por que seu neto fala com tanta emoção da casa em que moravam? Qual o significado da chaminé enorme em pleno Pátio Matosinhos, de São João del-Rei? Aliás, como surgiu a ideia do *open mall*, hoje maior complexo de compras da cidade? De onde vem o Sicoob Credivertentes? Que lugares alcançou nesses quase 37 anos de história?

As respostas não são curtas. Afinal, envolvem narrativas, trajetórias, lembranças, impactos. Tudo o que nossa Cooperativa faz questão de investi-

gar, converter em textos exclusivos e publicar para garantir acesso livre a todas as pessoas.

Por isso mesmo, atualmente são entregues ao público 12 edições do boletim memorialístico *Sabores & Saberes*; dois números da revista *Vertentes Cultural*; e três do *Caderno Informativo*. “As linhas editoriais são diferentes, mas servem aos mesmos propósitos: gerar conteúdo de qualidade; registrar fatos históricos que poderiam se perder; mostrar as riquezas da região; inspirar leitores”, diz a supervisora de Comunicação e Marketing do Sicoob Credivertentes,

Elisa Coelho.

Todos os impressos são distribuídos nas agências da Cooperativa mas podem ser acessados, também, no ambiente virtual. Para isso, basta entrar no site www.sicoob.com.br/web/sicoobcredivertentes.

Agora, uma notícia com *spoiler*: se já devorou as três biografias publicadas pela Editora Vertentes Cultural e sente saudade de causos emblemáticos protagonizados por figuras transformadoras locais, prepare-se. Há mais livros sendo escritos com lançamentos programados para o período entre 2023 e 2025.



TRADIÇÃO

No século XVIII, produzir biscoitos em fornos de barro e servir café quentinho a tropeiros e viajantes que passavam por São Tiago era sinal de hospitalidade. Hoje, sabor, tradição e simpatia são ingredientes essenciais na maior das receitas locais: a de Economia forte.

Na realidade, 60 fábricas de qui-

tandas formam uma cadeia industrial imbatível no município. Algo tão transformador que ultrapassou os limites do Campo das Vertentes e ganhou reconhecimento estadual. Sim, desde 2021, São Tiago é oficialmente a “Capital Mineira do Café com Biscoito”.

Pois bem: não bastasse produzir

delícias que são exportadas e passam a servir mesas de todo o país, os são-tiaguenses vão além. Há cerca de duas décadas, eles ressignificaram os costumes de séculos atrás passaram a servir em praça pública, gratuitamente, o que fazem de melhor.

O Sicoob Credivertentes faz parte dessa história.



Festa do Café com Biscoito volta à praça e chega à 22ª edição

Iniciativa tem o Sicoob Credivertentes como um de seus idealizadores, realizadores e patrocinadores

Segundo o IBGE, São Tiago tem hoje 10,9 mil habitantes. Mas a *Festa do Café com Biscoito*, que aconteceu entre 8 e 11 de setembro, mostra que a cidade é muito maior que isso. No período, nada menos que 80 mil pessoas passaram pelo município e encontraram fartura em todos os sentidos. Além de simpatia, hospitalidade e alegria, o evento serviu 6,5 mil quilos de quitutes e quase 3 mil litros do mais típico cafezinho mineiro gratuitamente. Tudo distribuído em 15 estandes de degustação que se somaram, ainda, a outros 14 destinados à Agroindústria e ao Artesanato.

Mas se engana quem pensa que a festança foi regada “apenas” ao sabor. Além de Gastronomia e Turismo efervescente, o evento acrescentou à agenda uma rodada intensa de muita música se revezando em dois palcos. Ao todo, 14 atrações diferentes passaram por lá, incluindo a Orquestra Mineira de Rock; a banda Teatro Mágico; a dupla Cleiton & Camargo; e o aclamadíssimo Hard

and Heavy. Quem esteve lá, amou. “Fui pela primeira vez e já coloquei na agenda pro ano que vem! Agora é pra sempre”, comentou o internauta William Ferreira. “Foi muito bom mesmo. Levei dois ônibus lotados”, acrescentou Gilda Rinco. “Parabéns a todas as pessoas envolvidas. O atendimento, a limpeza... Foi tudo perfeito. Minha filha e eu somos petropolitanas, amamos. Até qualquer dia”, pontuou Selma Rodriguez.

COMO TUDO COMEÇOU

Antes de ser um fenômeno turístico e gastronômico, a *Festa do Café com Biscoito* foi um sonho – e ele envolveu o Sicoob Credivertentes para ser realizado. Nos anos 1990, a Cooperativa investiu em uma consultoria de Empreendedorismo e Economia Coletiva para levar à comunidade uma conclusão definitiva: São Tiago tinha tudo para ser uma potência.

E foi a partir daí, unindo forças com outras instituições locais, que a “1 Parada do Café com Biscoito”

aconteceu, em 1999. O primeiro nome teve origem na própria tradição quitandeira local. “Nossa cidade era ponto de descanso para tropeiros séculos atrás. Mas além de teto para dormir, eles encontravam aqui uma hospitalidade culinária. Café e biscoitos, especialmente feitos com polvilho, eram servidos com toda gentileza que o mineiro tem. Aos poucos, eles começaram a se abastecer e a levar o que era feito em São Tiago para outras paragens”, explica o presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credivertentes, João Pinto de Oliveira.

Não demorou para que a proposta de servir o que tem de melhor ao público atraísse visitantes do país inteiro, todos os anos. “Não imaginávamos que se tornaria algo tão grandioso. Mas nos alegra ver que a cidade agora tem uma economia pujante, uma indústria forte e, ainda, uma atração turística amada Brasil afora. Tudo isso graças à Cooperação”, explica o gerente de Negócios Rogério Ladeira.





EVENTOS

Sair de casa e se aglomerar sem medo se transformou em algo histórico em 2022. Isso porque, com o fim das restrições causadas pela Pandemia e o reaquecimento do setor de eventos, todo mundo comemorou. De um lado, os participantes que puderam contar com opções de entretenimento e lazer. De outro, os organizadores que recuperaram fontes de renda, voltaram a

gerar empregos e aqueceram, além do Turismo, a Economia de comunidades inteiras.

Para se ter uma ideia do impacto disso, o setor de eventos movimentou 4,5% do PIB brasileiro, o equivalente a mais de R\$330 bilhões. Embora não haja dados concretos para o nicho no Campo das Vertentes, basta dar uma olhadinha no calendário da região de

janeiro a janeiro para perceber: por aqui, a suspensão ou o cancelamento de atividades também trouxe rombos estrondosos em 2020 e 2021. Com o retorno à normalidade em 2022, o Sicoob Credivertentes fez mais do que marcar presença. Na realidade, a Cooperativa incentivou e patrocinou realizações em todo seu mapa de atuação.

Sicoob Credivertentes patrocina eventos de toda a região

Dizem sem pestanejar que “o Agro não para”. E o Sicoob Credivertentes faz questão de ser, então, um verdadeiro combustível para esse movimento. Algo que vai muito além do Crédito. De janeiro a setembro de 2022, nossa Cooperativa patrocinou diferentes eventos do setor, como a *Copa de Marcha Nucape* e o *Encontro da Mulher Rural*; em Resende Costa; o *Juntos Pelo Agro*, em Coronel Xavier Chaves; os Torneios Leiteiros de Piedade do Rio Grande e Itutinga; o *Festival de Carros de Boi*, em Ibertioga.

Em Exposições Agropecuárias? Marcamos presença com investimentos também. No ano passado, patrocinamos as festas enaltecendo homens e mulheres do campo em Coronel Xavier Chaves, AltoRio Doce e Prados.

CULTURA

Gente na praça, mais de 40 atividades – incluindo profissionalizantes – shows, cortejos, ações esportivas. Quem passou pela *Mostra Cultural de Desenvolvimento Econômico e Turístico de Coronel Xavier Chaves* (Moscoxaves), em setembro, se esbaldou em iniciativas democráticas,

inclusivas e culturais. Não por outro motivo, o Sicoob Credivertentes investiu na realização.

Já em Morro do Ferro, a Cooperativa apoiou a mais que centenária Festa de São João Batista, em junho, reunindo milhares de moradores e fiéis numa homenagem comunitária ao padroeiro. Durante as celebrações, há fé, música, culinária mineira, bons encontros e, claro, a mais do que aguardada fogueira local. Em 2022, ela ultrapassou os 5 metros de altura.

São João del-Rei não ficou de fora na estreia do aclamado *Del-Rei Gastrô*. O evento movimentou, por nove dias, o Centro Histórico e as cozinhas dos restaurantes locais. Tudo isso tendo como mote a criação de receitas utilizando o queijo como ingrediente obrigatório. Mas se havia sabor absoluto à mesa, não faltaram opções no menu artístico e arquitetônico do evento, com shows especiais alegrando o Largo do Rosário. Ali o Sicoob Credivertentes, patrocinador oficial do *Del Rei Gastrô*, montou um estande exclusivo – tudo registrado por turistas que se deixaram clicar

felizes na nossa câmera 360°.

ESPORTES E E-SPORTS

Força nos pés e nos pedais. Em 2022, além de ir pra rua reencontrar os amigos e comemorar a vida, houve quem saísse de casa para suar a camisa. De maio a setembro, a região ferveu em largadas patrocinadas pelo Sicoob Credivertentes, incluindo os Trilhões Ciclistas de Resende Costa, São Tiago e Coronel Xavier Chaves. Já em Piedade do Rio Grande, houve a *Corrida e Caminhada de Nossa Senhora da Piedade*. Cada evento reuniu, em média, 250 atletas.

De olho nos novos tempos, houve espaço também para quem se movimenta nos streamings. Sim, nossa Cooperativa foi parceira da 3ª *Sensa-Cup*, competição de e-Sports focada em disputas de *Counter Strike: Global Offensive*. O torneio aconteceu em São Tiago no mês de abril e atraiu 30 jogadores no eixo entre Belo Horizonte e Lavras. Houve transmissão via redes sociais, frenesi online e público estimado em mais de 200 pessoas querendo conferir, de pertinho, os dois dias de partidas.



SIM
aqui tem **Justiça**
Financeira

CÁSSIO ALMEIDA/DIVULGAÇÃO




GOVERNANÇA

Imagine reunir 35 mil pessoas em um único lugar para que possam opinar sobre os rumos de uma instituição e, ainda, votar pautas essenciais. Impossível não é. Mas para se ter uma ideia da dimensão de um evento nesse porte, acomodar tanta gente exigiria metade do Maracanã, simplesmente o maior estádio do Brasil.

Pois bem: esse é o tamanho do Sicoob Credivertentes em número de Cooperados. Ou melhor: de verdadeiros donos da instituição. Gente que tem importância, voz e participação. Para garantir o dinamismo dessa relação, porém, é preciso recorrer a estratégias de Governança. E é por isso que, em nossa Cooperativa, aderimos

ao Sistema de Delegados em 2013. Nele, eleições periódicas e amplas definem nomes que representarão cada Comunidade. Nas agências, em assembleias e reuniões, eles conectam o Sicoob Credivertentes às localidades onde atua. Para isso, também é preciso preparo, conhecimento, propósito. Entra, aí, o nosso Encontro de Delegados.



Cooperativa reúne delegados em Tiradentes

Na sexta-feira, 28 de outubro, Seu Osmar de Souza acordou às 4h30 em Itutinga, Minas Gerais. Aos “70 e alguns anos”, como gosta de dizer, ele acredita que “Deus ajuda quem cedo madruga” e faz questão de pular da cama bem cedo. Naquela data, porém, havia um compromisso ainda mais especial e inadiável: o *Encontro de Delegados* do Sicoob Credivertentes. Realizado pela quinta vez – a primeira pós-Pandemia –, o evento reuniu na histórica Tiradentes mais de 110 representantes. Todos eleitos pelos próprios Cooperados em 21 comunidades. Um deles, claro, foi o Seu Osmar, que cruzou nada menos que 65km com sorriso no rosto. “Faço questão de vir sempre. Esse é meu terceiro mandato e me sinto muito honrado. Também gosto de encontrar outras pessoas, conversar, aprender”, garantiu.

Foi exatamente isso o que ele e todos os demais presentes fizeram entre 8h e 15h com um cronograma repleto de ações. Batizado de “Creativity Workshop – Nosso Futuro Comum”, o *Encontro de Delegados* teve

palestra sobre o tema com Brenner Lopes, consultor especializado em Inteligência, Estratégia e Advanced Data Analytics. Houve ainda uma mesa redonda entre ele e representantes do Sicoob Credivertentes para conversar sobre um amanhã coletivo e Cooperativo.

A delegada Magali Oliveira, de Senhora dos Remédios, ficou encantada. “Hoje conheci ainda mais sobre a instituição de que faço parte. Para ser honesta, acho que mergulhei fundo em tudo o que ela significa e pode levar a todos nós. Quero compartilhar todas essas mensagens com as pessoas que represento”, disse.

NA PRÁTICA

Se “Nosso Futuro Comum” era o grande mote do *Encontro de Delegados*, pensar em como construí-lo coletivamente passou a ser uma meta. Não por outro motivo, a tarde de sexta-feira foi dedicada a um workshop prático, dinâmico, divertido e inclusive musical sobre a pauta. Ao longo de duas horas, todos os participantes puderam debater em

grupos itinerantes, cheios de leveza, sobre alternativas para dias melhores repletos de Cooperação.

O resultado foi de gente ainda mais feliz e energizada. Algo que vai se refletir, claro, no dia a dia do Sicoob Credivertentes. “Todos aprendemos e nos transformamos. Esse é um momento de conexão, de conversa aberta sobre nossa filosofia, o mercado e nossas Comunidades. Ficamos ainda mais otimistas sobre nosso papel e nosso propósito”, ressaltou o gerente do Ponto de Atendimento em Piedade do Rio Grande, Cairo Monteiro.

Ao fim da jornada, foi a vez do educador e especialista em Cooperativismo Univaldo Coelho subir ao palco. Na palestra de encerramento, ele lembrou que toda missão tem desafios – mas eles são transponíveis. “Delegados são pessoas que se colocam à disposição do próximo e provam essa força ao deixarem suas rotinas para comparecerem a um evento como este. As trocas que vimos aqui foram muito ricas, motivadoras”, comentou.





3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVERTENTES LTDA - SICOOB CREDIVERTENTES

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB CREDIVERTENTES.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB CREDIVERTENTES é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 89,02% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto



nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB CREDIVERTENTES registrou o total de 41 (quarenta e um) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Das reclamações, 12 (doze) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	36,22%	26.656.627,29	19.676.558,49
Patrimônio Líquido	34,75%	113.349.863,92	85.279.065,57
Ativos	25,90%	820.760.276,55	651.938.172,36
Depósitos na Centralização Financeira	62,01%	324.866.264,19	200.523.550,37

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	17,31%	35.118	29.937

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	-16,68%	58.573.092,83	70.296.273,56
Carteira Comercial	17,47%	412.624.057,33	351.252.944,60
Total	11,78%	471.197.150,16	421.549.218,16

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 16,33% da carteira, no montante de R\$ 77.737.215,63.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	14,95%	169.784.000,42	147.700.699,90
Depósitos sob aviso	-10,79%	1.737.638,34	1.947.811,15
Depósitos a prazo	17,18%	356.494.534,55	304.239.802,70
LCA	46,75%	91.139.098,79	62.105.517,88
LCI	0,00%	29.468.228,47	0,00
Total	25,70%	648.623.500,57	515.993.831,63

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 12,61% da captação, no montante de R\$ 81.878.689,11.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	33,81%	106.704.758,43	79.744.209,85

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.



4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

COOPERATIVA DE CREDITO CREDIVERTENTES LTDA. - SICOOB CREDIVERTENTES

SICOOB CREDIVERTENTES

CNPJ: 22.724.710/0001-05

BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		820.760.276,55	651.938.172,36
DISPONIBILIDADES	4	6.466.503,12	8.381.357,70
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		833.302.229,44	642.247.671,66
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	14.310.923,68	13.790.072,51
Títulos e Valores Mobiliários	6	11.310.090,63	-
Relações Interfinanceiras		324.866.264,19	200.523.550,37
Centralização Financeira		324.866.264,19	200.523.550,37
Operações de Crédito	7	471.197.150,16	421.549.218,16
Outros Ativos Financeiros	8	11.617.800,78	6.384.830,62
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(35.020.142,67)	(21.386.592,97)
(-) Operações de Crédito	7	(33.053.519,77)	(21.025.311,32)
(-) Outras	8.1	(1.966.622,90)	(361.281,65)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	407.667,21	465.234,06
OUTROS ATIVOS	10	5.107.128,18	5.183.066,80
INVESTIMENTOS	11	-	9.615.298,77
IMOBILIZADO DE USO	12	17.297.422,20	13.383.602,53
INTANGÍVEL	13	1.566,42	1.566,42
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	12,13	(6.802.097,35)	(5.953.032,61)
TOTAL DO ATIVO		820.760.276,55	651.938.172,36
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		820.760.276,55	651.938.172,36
DEPÓSITOS	14	528.016.173,31	453.888.313,75
Depósitos à Vista		169.784.000,42	147.700.699,90
Depósitos Sob Aviso		1.737.638,34	1.947.811,15
Depósitos a Prazo		356.494.534,55	304.239.802,70
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		158.872.231,83	97.567.133,85
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	120.607.327,26	62.105.517,88
Relações Interfinanceiras		29.382.850,00	32.082.021,69
Repasses Interfinanceiros	16	29.382.850,00	32.082.021,69
Outros Passivos Financeiros	17	8.882.054,57	3.379.594,28
PROVISÕES	18	3.440.463,38	2.625.437,20
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	1.925.679,74	1.499.354,94
OUTROS PASSIVOS	20	15.155.864,37	11.078.867,05
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	113.349.863,92	85.279.065,57
CAPITAL SOCIAL		51.401.637,78	42.267.705,11
RESERVAS DE SOBRAS		56.848.301,56	38.974.535,85
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		5.099.924,58	4.036.824,61
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		820.760.276,55	651.938.172,36

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

COOPERATIVA DE CREDITO CREDIVERTENTES LTDA. - SICOOB CREDIVERTENTES
SICOOB CREDIVERTENTES
CNPJ: 22.724.710/0001-05
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		67.426.360,75	122.066.759,96	64.688.305,99
Operações de Crédito	23	45.960.441,60	87.103.338,62	54.921.676,57
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4 (a)	20.569.492,30	33.343.263,25	9.180.373,20
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5 (a)	896.426,85	1.620.158,09	586.256,22
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24	(41.640.685,81)	(72.914.089,39)	(24.889.164,56)
Operações de Captação no Mercado		(28.739.830,76)	(49.170.733,40)	(15.148.508,98)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.305.938,24)	(2.228.662,94)	(1.963.083,60)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(11.594.916,81)	(21.514.693,05)	(7.777.571,98)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		25.785.674,94	49.152.670,57	39.799.141,43
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(9.793.744,37)	(18.782.926,56)	(16.922.969,87)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	5.375.678,24	10.068.021,80	9.352.477,40
Rendas de Tarifas	26	4.685.621,98	9.069.228,15	8.019.338,01
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(11.610.738,70)	(22.552.934,71)	(19.095.645,48)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(9.932.059,81)	(18.522.170,31)	(16.888.408,72)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29	(379.691,45)	(701.974,37)	(638.591,08)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	3.757.175,45	6.595.889,48	4.133.141,12
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(1.689.730,08)	(2.738.986,60)	(1.805.281,12)
PROVISÕES	32	(506.406,17)	(804.564,30)	(212.793,24)
Provisões/Reversões para Contingências		(105.935,54)	(213.411,83)	(29.911,36)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(400.470,63)	(591.152,47)	(182.881,88)
RESULTADO OPERACIONAL		15.485.524,40	29.565.179,71	22.663.378,32
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33	(100.962,55)	(134.185,88)	(663.105,77)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		15.384.561,85	29.430.993,83	22.000.272,55
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	119.001,05	(629.176,76)	(522.514,55)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		83.522,50	(379.824,53)	(294.284,63)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		35.478,55	(249.352,23)	(228.229,92)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(916.753,50)	(2.145.189,78)	(1.801.199,51)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		14.586.809,40	26.656.627,29	19.676.558,49
JUROS AO CAPITAL		(1.283.837,34)	(2.228.247,32)	(1.743.384,38)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		13.302.972,06	24.428.379,97	17.933.174,11

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

COOPERATIVA DE CREDITO CREDIVERTENTES LTDA. - SICOOB CREDIVERTENTES
 SICOOB CREDIVERTENTES
 CNPJ: 22.724.710/0001-05
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		14.586.809,40	26.656.627,29	19.676.558,49
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		14.586.809,40	26.656.627,29	19.676.558,49

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA DE CREDITO CREDIVERTENTES LTDA. - SICOOB CREDIVERTENTES
SICOOB CREDIVERTENTES
CNPJ: 22.724.710/0001-05
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		35.811.170,02	(143.789,49)	26.421.313,97	2.933.857,89	65.022.552,39
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		2.924.654,86	0,00	0,00	(2.933.857,89)	(9.203,03)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		4.556.919,53	(22.313,99)	0,00	0,00	4.534.605,54
Por Devolução (-)		(2.515.118,37)	0,00	0,00	0,00	(2.515.118,37)
Estorno de Capital		(100,00)	0,00	0,00	0,00	(100,00)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	450.189,79	450.189,79
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	19.676.558,49	19.676.558,49
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(1.743.384,38)	(1.743.384,38)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.656.282,55	0,00	0,00	0,00	1.656.282,55
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	12.553.221,88	(12.553.221,88)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(1.793.317,41)	(1.793.317,41)
Saldos em 31/12/2021		42.433.808,59	(166.103,48)	38.974.535,85	4.036.824,61	85.279.065,57
Saldos em 31/12/2021		42.433.808,59	(166.103,48)	38.974.535,85	4.036.824,61	85.279.065,57
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		3.990.125,45	0,00	0,00	(4.036.824,61)	(46.699,16)
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	24.029,64	0,00	24.029,64
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		5.855.935,91	(78.758,26)	0,00	0,00	5.777.177,65
Por Devolução (-)		(2.773.723,67)	0,00	0,00	0,00	(2.773.723,67)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	1.071.242,98	1.071.242,98
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	26.656.627,29	26.656.627,29
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(2.228.247,32)	(2.228.247,32)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.140.353,24	0,00	0,00	0,00	2.140.353,24
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	17.849.736,07	(17.849.736,07)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(2.549.962,30)	(2.549.962,30)
Saldos em 31/12/2022		51.646.499,52	(244.861,74)	56.848.301,56	5.099.924,58	113.349.863,92
Saldos em 30/06/2022		47.947.409,34	(204.867,25)	38.974.535,85	11.125.407,91	97.842.485,85
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	24.029,64	0,00	24.029,64
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		2.532.531,63	(39.994,49)	0,00	0,00	2.492.537,14
Por Devolução (-)		(973.794,69)	0,00	0,00	0,00	(973.794,69)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	1.071.242,98	1.071.242,98
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	14.586.809,40	14.586.809,40
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	(1.283.837,34)	(1.283.837,34)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.140.353,24	0,00	0,00	0,00	2.140.353,24
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	17.849.736,07	(17.849.736,07)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(2.549.962,30)	(2.549.962,30)
Saldos em 31/12/2022		51.646.499,52	(244.861,74)	56.848.301,56	5.099.924,58	113.349.863,92

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

COOPERATIVA DE CREDITO CREDIVERTENTES LTDA. - SICOOB CREDIVERTENTES
SICOOB CREDIVERTENTES
CNPJ: 22.724.710/0001-05
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		15.384.561,85	29.430.993,83	22.000.272,55
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(1.217.107,72)	(1.217.107,72)	(339.023,66)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(440.047,01)	(381.248,82)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		11.594.916,81	21.514.693,05	7.777.571,98
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	32	400.470,63	591.152,47	182.881,88
Provisões/Reversões Não Operacionais	33	159.995,73	160.995,73	739.000,00
Provisões/Reversões para Contingências	32	105.935,54	213.411,83	29.911,36
Atualização de Depósitos em Garantia	30	(103.553,95)	(133.712,17)	(36.187,51)
Depreciações e Amortizações	28	570.521,23	1.048.648,86	1.062.494,80
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		26.895.740,12	51.169.028,87	31.035.672,58
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(896.426,85)	(520.851,17)	(586.256,22)
Títulos e Valores Mobiliários		(1.434.884,22)	(1.694.791,86)	-
Operações de Crédito		(26.747.872,65)	(56.783.882,69)	(111.270.855,46)
Outros Ativos Financeiros		(4.009.063,49)	(5.844.450,65)	(4.261.436,93)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(243.266,44)	57.566,85	(465.051,41)
Outros Ativos		1.123.120,88	(85.057,11)	633.501,44
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		504.281,74	22.083.300,52	3.593.503,73
Depósitos sob Aviso		(201.470,57)	(210.172,81)	(78.509,35)
Depósitos a Prazo		19.850.192,01	52.254.731,85	55.318.609,95
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		33.875.414,18	58.501.809,38	12.089.369,70
Relações Interfinanceiras		(613.072,62)	(2.699.171,69)	(1.452.070,58)
Outros Passivos Financeiros		8.173.495,63	5.502.460,29	(1.439.845,23)
Provisões		14.742,84	10.461,88	(152.521,68)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		442.922,06	319.662,59	201.165,28
Outros Passivos		(2.083.857,00)	(296.439,78)	(231.036,40)
FATES - Atos Cooperativos		(2.549.962,30)	(2.549.962,30)	(1.793.317,41)
Imposto de Renda Pago		-	(294.284,63)	(175.021,30)
Contribuição Social Pago		-	(228.229,92)	(126.980,28)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		52.100.033,32	118.691.727,62	(19.161.079,57)
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	21.013,06	5.130,80
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		-	419.033,95	376.118,02
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		1.217.107,72	1.217.107,72	339.023,66
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.271.094,96)	(4.113.403,79)	(1.799.375,64)
Aquisição de Investimentos		-	-	(869.882,77)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(1.053.987,24)	(2.456.249,06)	(1.948.985,93)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		2.492.537,14	5.777.177,65	4.534.605,54
Devolução de Capital à Cooperados		(973.794,69)	(2.773.723,67)	(2.515.118,37)
Estorno de Capital		-	-	(100,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(46.699,16)	(9.203,03)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.140.353,24	2.140.353,24	1.656.282,55
Reversão/Realização de Fundos		1.071.242,98	1.071.242,98	450.189,79
Outros Eventos/Reservas		24.029,64	24.029,64	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		4.754.368,31	6.192.380,68	4.116.656,48
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		55.800.414,39	122.427.859,24	(16.993.409,02)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		275.532.352,92	208.904.908,07	225.898.317,09
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	331.332.767,31	331.332.767,31	208.904.908,07
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		55.800.414,39	122.427.859,24	(16.993.409,02)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

August	September	October	November	December	Total
502	34 654 295	51 932 283	51 370 824	52 072 217	560 952 920
239	34 162 357	51 195 074	50 641 585	51 333 021	552 989 866
263	491 938	737 209	729 239	739 196	7 963 059
519	22 863 121	31 999 587	33 252 317	33 382 207	352 772 388
970	22 598 399	31 607 839	32 861 325	32 986 599	348 520 179
549	264 722	391 748	390 992	395 608	4 252 215
982	11 791 174	19 932 696	18 118 507	18 690 009	208 180 538
6%	34%	38%	35%	36%	37%

18	724 805	730 985	757 154	753 892	8 985 649
00	160 000	160 000	160 000	160 000	1 880 005
00	400 400	400 400	400 400	400 400	4 804 805
95	96 259	103 397	113 332	126 230	1 371 069
00	22 718	19 486	30 997	13 952	329 895
3	45 428	47 702	52 425	53 310	599 900
5	10 117 625	14 699 755	14 270 828	14 502 829	160 564 314
0	1 000 000				15 000 005
					14 857 348
					581 059
					005

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVERTENTES LTDA. - SICOOB CREDIVERTENTES
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31
DE DEZEMBRO DE 2022
Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVERTENTES LTDA. - SICOOB CREDIVERTENTES**, doravante denominado **SICOOB CREDIVERTENTES**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **27/08/1986**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIVERTENTES, sediado à **RUA CARLOS PEREIRA, N° 100, CENTRO, SÃO TIAGO - MG**, possui 20 Postos de Atendimento (PAs) e 05 Pontos de Atendimento Eletrônico (PAE) nas seguintes localidades: **SÃO TIAGO - MG, MERCÊS DE ÁGUA LIMPA – MG, CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS - MG, RITÁPOLIS - MG, RESENDE COSTA - MG, CORONEL XAVIER CHAVES - MG, SÃO JOÃO DEL REI - MG, DORES DE CAMPOS - MG, PRADOS - MG, NAZARENO - MG, ITUTINGA - MG, BARBACENA - MG, MORRO DO FERRO - MG, IBERTIOGA - MG, MADRE DE DEUS DE MINAS - MG, ALFREDO VASCONCELOS - MG, SENHORA DOS REMÉDIOS - MG, BELO HORIZONTE - MG, PIEDADE DO RIO GRANDE - MG, ALTO RIO DOCE – MG, SANTANA DO GARAMBÉU - MG, SANTA RITA DO IBITIPOCA - MG, DESTERRO DO MELO - MG, BIAS FORTES - MG.**

O SICOOB CREDIVERTENTES tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional – CMN*, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*, consoante à Resolução



CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC*, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 15/02/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 40.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:



Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de

que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB CREDIVERTENTES contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez


Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por



meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais

ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata die*”.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIVERTENTES opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	6.466.503,12	8.381.357,70
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a) – Nota 35.2 (a)	324.866.264,19	200.523.550,37
TOTAL	331.332.767,31	208.904.908,07

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	20.569.492,30	33.343.263,25	9.180.373,20

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas Com Garantia – Vincul. ao Cred. Rural	14.310.923,68	0,00	13.790.072,51	0,00
TOTAL	14.310.923,68	0,00	13.790.072,51	0,00

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração de 101,00% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	896.426,85	1.620.158,09	586.256,22

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	0,00	11.239.017,91	0,00	0,00
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito	0,00	70.072,72	0,00	0,00
Outras Participações	0,00	1.000,00	0,00	0,00
TOTAL (a)	0,00	11.310.090,63	0,00	0,00

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:



Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	153.967.916,51	154.030.205,75	307.998.122,26	117.191.217,25	152.571.169,29	269.762.386,54
Financiamentos	30.426.528,10	74.199.406,97	104.625.935,07	23.805.132,40	57.685.425,66	81.490.558,06
Financiamentos Rurais	31.039.934,09	27.533.158,74	58.573.092,83	40.672.425,26	29.623.848,30	70.296.273,56
Total de Operações de Crédito	215.434.378,70	255.762.771,46	471.197.150,16	181.668.774,91	239.880.443,25	421.549.218,16
(-) Provisões para Operações de Crédito	(13.833.637,43)	(19.219.882,34)	(33.053.519,77)	(7.255.695,25)	(13.769.616,07)	(21.025.311,32)
TOTAL	201.600.741,27	236.542.889,12	438.143.630,39	174.413.079,66	226.110.827,18	400.523.906,84

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	11.842.481,70	8.847.697,75	9.394.996,64	30.085.176,09	0,00	29.162.085,13	0,00
A	0,5%	Normal	89.422.271,71	42.067.611,10	31.797.884,35	163.287.767,16	(816.438,99)	172.715.304,33	(863.576,60)
B	1%	Normal	95.312.228,57	29.072.132,78	9.342.739,57	133.727.100,92	(1.337.271,16)	107.240.895,02	(1.072.409,03)
B	1%	Vencidas	198.609,22	765.159,27	0,00	963.768,49	(9.637,83)	340.758,40	(3.407,66)
C	3%	Normal	60.805.903,41	20.461.042,46	6.624.707,86	87.891.653,73	(2.636.749,76)	76.939.232,71	(2.308.177,06)
C	3%	Vencidas	3.209.573,40	276.018,37	1.774,83	3.487.366,60	(104.621,15)	1.623.955,07	(48.718,73)
D	10%	Normal	12.813.014,17	1.070.990,16	256.815,64	14.140.819,97	(1.414.082,15)	9.094.817,04	(909.481,78)
D	10%	Vencidas	1.833.479,10	26.816,78	0,00	1.860.295,88	(186.029,74)	1.434.658,93	(143.465,97)
E	30%	Normal	5.947.601,01	592.750,49	251.543,19	6.791.894,69	(2.037.568,56)	4.278.466,13	(1.283.539,92)
E	30%	Vencidas	1.585.885,15	52.180,02	0,00	1.638.065,17	(491.419,70)	1.588.485,66	(476.545,78)
F	50%	Normal	2.476.837,53	89.202,97	20.657,47	2.586.697,97	(1.293.349,14)	3.145.950,36	(1.572.975,25)
F	50%	Vencidas	1.459.557,25	22.618,48	26.398,96	1.508.574,69	(754.287,50)	2.205.640,48	(1.102.820,31)
G	70%	Normal	2.391.150,86	244.869,54	0,00	2.636.020,40	(1.845.214,42)	1.168.340,13	(817.838,16)
G	70%	Vencidas	1.330.700,19	150.621,68	69.007,53	1.550.329,40	(1.085.230,67)	627.579,09	(439.305,39)
H	100%	Normal	8.803.433,76	152.527,77	750.304,87	9.706.266,40	(9.706.266,40)	6.164.430,16	(6.164.430,16)
H	100%	Vencidas	8.565.395,23	733.695,45	36.261,92	9.335.352,60	(9.335.352,60)	3.818.619,52	(3.818.619,52)
Total Normal			289.814.922,72	102.598.825,02	58.439.649,59	450.853.397,33	(21.086.940,58)	409.909.521,01	(14.992.427,96)
Total Vencidos			18.183.199,54	2.027.110,05	133.443,24	20.343.752,83	(11.966.579,19)	11.639.697,15	(6.032.883,36)
Total Geral			307.998.122,26	104.625.935,07	58.573.092,83	471.197.150,16	(33.053.519,77)	421.549.218,16	(21.025.311,32)
Provisões			(28.989.703,01)	(2.653.060,57)	(1.410.756,19)	(33.053.519,77)		(21.025.311,32)	
Total Líquido			279.008.419,25	101.972.874,50	57.162.336,64	438.143.630,39		400.523.906,84	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	63.910.633,39	90.057.283,12	154.030.205,75	307.998.122,26
Financiamentos	8.857.990,63	21.568.537,47	74.199.406,97	104.625.935,07
Financiamentos Rurais	9.023.748,62	22.016.185,47	27.533.158,74	58.573.092,83
TOTAL	81.792.372,64	133.642.006,06	255.762.771,46	471.197.150,16

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	15.728.597,41	1.765.550,94	0,00	17.494.148,35	3,71%
Setor Privado - Indústria	3.954.533,16	533.890,68	0,00	4.488.423,84	0,95%
Setor Privado - Serviços	122.468.102,33	28.111.511,84	468.646,19	151.048.260,36	32,06%
Pessoa Física	162.398.063,73	73.421.291,89	58.104.446,64	293.923.802,26	62,38%
Outros	3.448.825,63	793.689,72	0,00	4.242.515,35	0,90%
TOTAL	307.998.122,26	104.625.935,07	58.573.092,83	471.197.150,16	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	21.025.311,32	18.661.888,94
Constituições/ Reversões no período	19.164.159,14	7.318.943,40
Transferência para prejuízo no período	(7.135.950,69)	(4.955.521,02)
Saldo Final	33.053.519,77	21.025.311,32

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	10.512.462,14	2,21%	8.757.223,04	1,89%
10 Maiores Devedores	51.031.269,91	10,72%	47.267.606,36	10,17%
50 Maiores Devedores	123.655.877,16	25,97%	108.810.804,61	23,42%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	40.684.276,09	37.128.728,46
Valor das operações transferidas no período	7.881.143,35	5.413.915,86
Valor das operações recuperadas no período	(1.725.112,73)	(1.199.270,27)
Valor das operações renegociadas no período	(3.238.506,00)	(538.864,75)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(23.357,79)	(120.233,21)
Saldo Final	43.578.442,92	40.684.276,09

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	2.591.081,89	0,00	518.507,02	0,00
Rendas a Receber (b)	4.517.016,84	0,00	2.148.925,89	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	338.406,08	2.182.824,84	247.818,48	1.695.390,52
Títulos e Créditos a Receber (d)	332.007,60	0,00	251.437,35	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	0,00	1.656.463,53	0,00	1.522.751,36
TOTAL	7.778.512,41	3.839.288,37	3.166.688,74	3.218.141,88

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 31.793,66); Rendas de Cartões (R\$ 515.245,92); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 3.834.717,19); e outros (R\$ 135.260,07);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 332.007,60);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 357.270,78); Pis Folha (R\$ 1.138.197,88); e outros (R\$ 160.994,87).

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(1.957.570,59)	0,00	(351.565,62)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(1.722,88)	(7.329,43)	(1.239,10)	(8.476,93)
TOTAL	(1.959.293,47)	(7.329,43)	(352.804,72)	(8.476,93)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	0,00	1.038.827,61	1.038.827,61	0,00	0,00	0,00
A	0,5%	Normal	0,00	1.400.704,83	1.400.704,83	(7.003,56)	1.943.209,00	(9.716,07)
B	1%	Normal	0,00	20.108,17	20.108,17	(201,12)	0,00	0,00
C	3%	Normal	0,00	61.590,31	61.590,31	(1.847,76)	0,00	0,00
E	30%	Vencidas	571.936,86	0,00	571.936,86	(171.581,11)	124.115,13	(37.234,56)
F	50%	Vencidas	235.736,12	0,00	235.736,12	(117.868,11)	122.466,50	(61.233,27)
G	70%	Vencidas	384.292,46	0,00	384.292,46	(269.004,79)	62.758,92	(43.931,28)
H	100%	Vencidas	1.399.116,45	0,00	1.399.116,45	(1.399.116,45)	209.166,47	(209.166,47)
Total Normal			0,00	2.521.230,92	2.521.230,92	(9.052,44)	1.943.209,00	(9.716,07)
Total Vencidos			2.591.081,89	0,00	2.591.081,89	(1.957.570,46)	518.507,02	(351.565,58)
Total Geral			2.591.081,89	2.521.230,92	5.112.312,81	(1.966.622,90)	2.461.716,02	(361.281,65)
Provisões			(1.957.570,59)	(9.052,31)	(1.966.622,90)		(361.281,65)	
Total Líquido			633.511,30	2.512.178,61	3.145.689,91		2.100.434,37	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	407.667,21	0,00	465.234,06	0,00
TOTAL	407.667,21	0,00	465.234,06	0,00

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	64.366,46	0,00	129.187,16	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	36.986,90	0,00	12.059,59	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	70.755,52	0,00	4.364,38	0,00
Pagamentos a Ressarcir	29.312,40	0,00	37.779,76	0,00
Devedores Diversos – País (a)	84.814,43	0,00	29.973,95	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	1.381.986,14	3.560.030,32	5.360.471,32	0,00
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(661.995,73)	0,00	(739.000,00)	0,00
Despesas Antecipadas (d)	540.871,74	0,00	348.230,64	0,00
TOTAL	1.547.097,86	3.560.030,32	5.183.066,80	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 64.020,29); Seguros Contratados a Receber (R\$ 9,12); Plano de Saúde a Receber (R\$ 182,59); Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R\$ 20.489,43); e outros (R\$ 113,00);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito	0,00	9.544.226,05
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	0,00	70.072,72
Outras Participações	0,00	1.000,00
TOTAL (a)	0,00	9.615.298,77

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		710.344,05	1.412.278,13
Terrenos		235.446,79	160.446,79
Edificações	4%	1.654.912,84	1.654.912,84
Instalações	10%	1.844.556,10	1.887.894,10
Móveis e equipamentos de Uso	10%	4.729.907,68	2.513.447,49
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.507.594,34	2.282.669,74
Sistema de Segurança	10%	905.020,59	795.873,11
Sistema de Transporte	20%	435.986,99	284.206,99
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		4.273.652,82	2.391.873,34
Total de Imobilizado de Uso		17.297.422,20	13.383.602,53
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(525.191,28)	(458.994,48)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.388.243,55)	(1.269.968,43)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.860.911,42)	(3.360.290,22)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(278.237,34)	(247.061,83)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(747.947,34)	(615.151,23)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(6.800.530,93)	(5.951.466,19)
TOTAL		10.496.891,27	7.432.136,34

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	20%	1.566,42	1.566,42
Intangível		1.566,42	1.566,42
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(1.566,42)	(1.566,42)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(1.566,42)	(1.566,42)

14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	169.784.000,42	0,00	147.700.699,90	0,00
Depósito Sob Aviso (b)	1.737.638,34	0,00	1.947.811,15	0,00
Depósito a Prazo (b)	356.326.348,99	168.185,56	304.239.802,70	0,00
TOTAL	527.847.987,75	168.185,56	453.888.313,75	0,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	11.964.307,20	1,84%	24.108.132,59	4,68%
10 Maiores Depositantes	57.592.487,99	8,87%	56.646.444,33	11,01%
50 Maiores Depositantes	122.456.636,47	18,86%	108.439.625,07	21,07%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do

INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(109.037,36)	(209.055,42)	(83.085,35)
Despesas de Depósitos a Prazo	(21.969.987,28)	(38.303.535,25)	(11.976.630,72)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(4.810.090,50)	(8.285.338,23)	(2.354.110,28)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(1.379.151,55)	(1.490.721,66)	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(471.564,07)	(882.082,84)	(734.682,63)
TOTAL	(28.739.830,76)	(49.170.733,40)	(15.148.508,98)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	29.468.228,47	0,00	0,00	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	74.955.266,03	16.183.832,76	60.257.660,31	1.847.857,57
TOTAL	104.423.494,50	16.183.832,76	60.257.660,31	1.847.857,57

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	17.855.597,85	11.527.252,15	20.245.668,69	11.836.353,00
TOTAL	17.855.597,85	11.527.252,15	20.245.668,69	11.836.353,00

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 8,45% ao ano, com vencimento até 05/10/2032.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(1.305.938,24)	(2.228.662,94)	(1.963.083,60)
TOTAL	(1.305.938,24)	(2.228.662,94)	(1.963.083,60)

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	8.649.561,41	0,00	2.841.718,23	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	12.321,17	0,00	331.379,40	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	220.171,99	0,00	206.496,65	0,00
TOTAL	8.882.054,57	0,00	3.379.594,28	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R\$ 51.035,64); Convênio Saneamento (R\$ 7.343,90); Ordens de Pagamento (R\$ 8.563.399,74); e outros (R\$ 27.782,13);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 209.744,11); Municipais (R\$ 4.790,50); e outros (R\$ 5.637,38).

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.438.761,61	209.571,02	883.910,11	173.270,05
Provisão Para Contingências (b)	0,00	1.792.130,75	0,00	1.568.257,04
TOTAL	1.438.761,61	2.001.701,77	883.910,11	1.741.527,09

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	50.957.532,05	37.196.074,21
TOTAL	50.957.532,05	37.196.074,21

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém

como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	357.270,78	357.270,78	328.431,36	328.431,36
PIS FOLHA	1.155.065,10	1.138.197,88	1.061.826,56	1.046.320,88
Outras Contingências	279.794,87	160.994,87	177.999,12	147.999,12
TOTAL	1.792.130,75	1.656.463,53	1.568.257,04	1.522.751,36

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIVERTENTES, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.599.384,64. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	629.176,76	0,00	522.514,55	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	89.139,13	0,00	78.484,39	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	915.518,12	0,00	742.971,83	0,00
Outros	291.845,73	0,00	155.384,17	0,00
TOTAL	1.925.679,74	0,00	1.499.354,94	0,00

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	9.176.808,20	0,00	5.981.759,64	0,00
Cheques Administrativos	0,00	0,00	300,00	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	736.043,05	0,00	687.309,25	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	4.067.230,70	0,00	3.116.956,85	0,00
Credores Diversos – País (d)	1.175.782,42	0,00	1.292.541,31	0,00
TOTAL	15.155.864,37	0,00	11.078.867,05	0,00

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	1.296.964,14	0,00	988.784,21	0,00
Gratificações e Participações a Pagar	173.945,86	0,00	140.970,09	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	3.662.433,86	0,00	2.287.340,77	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	4.043.464,34	0,00	2.564.664,57	0,00
TOTAL	9.176.808,20	0,00	5.981.759,64	0,00

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 2.663.684,27); Custos de Transações Interfinanceiras (R\$ 64.846,16); Seguro Prestamista (R\$ 488.034,58); Despesas com Cartões (R\$ 107.851,97); Compensação (R\$ 294.651,76); Transporte (R\$ 131.983,76); e outros (R\$ 316.178,20);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 42.453,25); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R\$ 85.197,05); Saldos Credores - Encerramento C/C (R\$ 27,23); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 134.603,86); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 15.338,75); Diferença de Caixa (R\$ 810.315,24); e outros (R\$ 87.847,04).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	51.401.637,78	42.267.705,11
Associados	35.118	29.937

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 2022 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 24.029,64.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de “Outros Eventos/Reservas”.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2022** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2021** da seguinte forma:

- 100% para os associados, no valor de R\$ 4.036.824,61;

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	24.428.379,97	17.933.174,11
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	1.071.242,98	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	25.499.622,95	17.933.174,11
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(17.849.736,07)	(12.553.221,88)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(2.549.962,30)	(1.793.317,41)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	0,00	450.189,79
Sobra à disposição da Assembleia Geral	5.099.924,58	4.036.824,61

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de **2022**, no montante de **R\$ 2.228.247,32**. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

22. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	7.315.528,23	7.301.712,24
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.644.359,65)	(1.039.356,04)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.866.228,74)	(2.795.790,04)
Resultado operacional	3.804.939,84	3.466.566,16
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(134.185,88)	(663.105,77)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.670.753,96	2.803.460,39
IRPJ/CSLL	(629.176,76)	(522.514,55)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(3.199.863,08)	(2.886.279,32)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(158.285,88)	(605.333,49)

23. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	649.591,26	1.121.688,38	555.828,31
Rendas de Empréstimos	28.029.457,05	52.043.131,97	32.808.594,11
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.090.625,61	5.507.209,92	3.315.098,89
Rendas de Financiamentos	8.894.013,81	15.816.906,39	9.536.832,52
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	2.886.507,82	5.565.772,06	4.656.092,26
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	2.314,43	5.516,00	14.544,90
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	826.772,68	1.821.911,22	2.281.093,88
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	239.022,75	257.583,95	0,00
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	1.342.136,19	4.963.618,73	1.753.591,70
TOTAL	45.960.441,60	87.103.338,62	54.921.676,57

24. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(28.739.830,76)	(49.170.733,40)	(15.148.508,98)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.305.938,24)	(2.228.662,94)	(1.963.083,60)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	6.356.278,87	11.321.102,90	9.550.894,30
Reversões de Provisões para Outros Créditos	105.018,29	137.541,64	64.052,07
Provisões para Operações de Crédito	(16.245.097,18)	(30.485.262,04)	(16.869.837,70)
Provisões para Outros Créditos	(1.811.116,79)	(2.488.075,55)	(522.680,65)
TOTAL	(41.640.685,81)	(72.914.089,39)	(24.889.164,56)

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	1.099.137,71	2.082.490,66	1.736.580,27
Rendas de Transferências de Fundos	0,00	0,00	26.617,24
Rendas de Convênios	156.423,11	311.592,26	288.271,52
Rendas de Comissão	2.698.762,82	4.954.089,94	4.811.566,79
Rendas de Credenciamento	4.371,92	9.377,74	2.271,92
Rendas de Cartões	1.026.683,30	1.943.333,63	1.886.156,77
Rendas de Outros Serviços	390.299,38	767.137,57	601.012,89
TOTAL	5.375.678,24	10.068.021,80	9.352.477,40

26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	2.360.306,28	4.517.664,95	3.924.371,81
Rendas de Serviços Prioritários - PF	111.878,90	231.572,10	310.193,27
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	466.372,51	946.266,74	913.115,89
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.747.064,29	3.373.724,36	2.871.657,04
TOTAL	4.685.621,98	9.069.228,15	8.019.338,01

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(46.677,24)	(93.530,16)	(95.843,22)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(977.326,85)	(1.873.205,57)	(1.546.455,20)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.904.359,84)	(3.742.053,17)	(2.844.330,05)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.262.687,89)	(4.465.227,19)	(3.920.130,90)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.400.996,88)	(12.349.648,62)	(10.657.940,72)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(18.690,00)	(29.270,00)	(24.632,14)
Despesas de Remuneração de Estagiários	0,00	0,00	(6.313,25)
TOTAL	(11.610.738,70)	(22.552.934,71)	(19.095.645,48)

28. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	30/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(142.002,91)	(330.712,58)	(374.175,74)
Despesas de Aluguéis	(796.238,03)	(1.547.395,74)	(1.340.220,84)
Despesas de Comunicações	(393.877,89)	(762.045,15)	(729.883,31)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(288.819,51)	(580.847,96)	(491.352,09)
Despesas de Material	(91.052,99)	(200.823,02)	(187.974,26)
Despesas de Processamento de Dados	(1.199.894,15)	(2.104.223,51)	(1.682.569,51)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(326.824,91)	(417.116,01)	(213.370,46)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(43.616,65)	(59.778,56)	(28.674,56)
Despesas de Publicações	0,00	(518,82)	(1.404,00)
Despesas de Seguros	(142.909,08)	(225.814,42)	(87.120,41)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.044.986,93)	(3.737.254,83)	(3.317.886,50)
Despesas de Serviços de Terceiros	(347.729,45)	(696.264,96)	(637.372,86)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.065.856,56)	(2.115.255,60)	(1.918.550,83)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(346.513,20)	(691.851,19)	(1.220.658,10)
Despesas de Transporte	(851.879,75)	(1.623.103,60)	(1.488.338,27)
Despesas de Viagem no País	(33.969,99)	(68.828,76)	(25.161,18)
Despesas de Depreciação	(570.521,23)	(1.048.648,86)	(1.062.494,80)
Despesas de Emolumentos Cartorários	(173.651,16)	(268.382,70)	(151.327,86)
Despesas de Ações Judiciais	(30,98)	(30,98)	0,00
Despesas Rateadas da Central	(503.552,31)	(928.922,39)	(987.697,36)
Despesas Rateadas do Sicoob Confederação	(168.480,36)	(334.207,68)	(291.391,53)
Despesa de Contribuição a OCE	(82.283,16)	(150.852,43)	(114.400,13)
Despesas do Centro de Serv. Compartilhados - CCS	(143.259,46)	(299.897,38)	(149.748,55)
Despesas de Serviços de Tesouraria do Banco Sicoob	0,00	0,00	(267,90)
Outras Despesas Administrativas	(174.109,15)	(329.393,18)	(386.367,67)
TOTAL	(9.932.059,81)	(18.522.170,31)	(16.888.408,72)

29. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(59.588,77)	(109.293,41)	(57.995,96)
Disp. Impostos s/ Serviços - ISS	(137.169,59)	(252.508,68)	(241.065,57)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(157.361,80)	(292.621,13)	(292.068,49)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(25.571,29)	(47.551,15)	(47.461,06)
TOTAL	(379.691,45)	(701.974,37)	(638.591,08)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	46.897,09	344.831,41	253.168,18
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	0,00	226.209,19	0,00
Dividendos	0,00	21.013,06	5.130,80
Distribuição de sobras da central	0,00	419.033,95	376.118,02
Atualização depósitos judiciais	103.553,95	133.712,17	36.187,51
Rendas de Repasses Interfinanceiros	2.450,62	7.319,41	13.836,03
Outras rendas operacionais	245.814,89	273.090,22	349.985,28
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	2.141.351,18	3.953.572,35	2.759.691,64
Juros ao Capital Recebidos da Central	1.217.107,72	1.217.107,72	339.023,66
TOTAL	3.757.175,45	6.595.889,48	4.133.141,12

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(53.484,76)	(102.741,57)	(62.869,92)
Outras Despesas Operacionais	(368.192,02)	(739.396,99)	(393.114,50)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(284.958,12)	(524.083,26)	(499.284,90)
Outras Contribuições Diversas	(38.322,65)	(145.671,96)	(303.036,08)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(38.323,98)	(150.704,06)	(95.157,53)
Perdas - Práticas Inadequadas	(3.780,43)	(4.240,88)	(1.161,96)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	0,00	(165,45)	(417,00)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(739,45)	(739,45)	(49,44)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(901.928,67)	(1.071.242,98)	(450.189,79)
TOTAL	(1.689.730,08)	(2.738.986,60)	(1.805.281,12)

32. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	(105.935,54)	(213.411,83)	(29.911,36)
Provisões para Contingências	(124.665,56)	(232.141,85)	(179.911,36)
Reversões de Provisões para Contingências	18.730,02	18.730,02	150.000,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(400.470,63)	(591.152,47)	(182.881,88)
Provisões para Garantias Prestadas	(1.305.355,99)	(2.144.407,73)	(1.050.714,71)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	904.885,36	1.553.255,26	867.832,83
TOTAL	(506.406,17)	(804.564,30)	(212.793,24)

33. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	0,00	0,00	136.190,88
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	992,95	1.125,91	432,28
Ganhos de Capital	18.845,50	23.787,81	52.230,92
Outras Rendas Não Operacionais	69.913,64	91.679,91	22.254,59
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	0,00	0,00	(10.000,00)
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	(495,35)	(544,43)	0,00
(-) Perdas de Capital	(30.223,56)	(38.387,54)	(37.469,52)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(159.995,73)	(160.995,73)	(739.000,00)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	0,00	(50.851,81)	(87.744,92)
TOTAL	(100.962,55)	(134.185,88)	(663.105,77)

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	175.323,82	0,0255%	457,11
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.345.053,25	0,1955%	492.476,81
TOTAL	1.520.377,07	0,2210%	492.933,92
Montante das Operações Passivas	6.238.821,06	1,1061%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022

Empréstimos e Financiamentos	0,2255%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0098%
Crédito Rural (modalidades)	0,0428%
Aplicações Financeiras	1,1059%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	331,85	1,66	0,0095%
Conta Garantida	7.769,88	38,94	0,1599%
Financiamentos Rurais	187.717,00	938,58	0,3205%
Empréstimos	2.175.115,39	486.832,91	0,7923%
Financiamentos	132.156,42	660,78	0,1263%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.140.187,91	0,6816%	0%
Depósitos a Prazo	2.625.140,88	0,7328%	1,0752%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	2.453.241,10	2,6918%	1,0154%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	3,0000%	0,87
Empréstimos	1,1000%	42,36
Financiamentos	0,8886%	38,94
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	95,6788%	156,95
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,0009%	12,05

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	2.218,26
Crédito Rural	394.434,00
Empréstimos	4.196.522,54
Financiamentos	2.424.680,62

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	114.356,85	124.256,58

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(206.817,85)	(399.092,85)	(313.057,05)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(977.326,85)	(1.873.205,57)	(1.546.455,20)
F.G.T.S. Diretoria	(68.956,66)	(131.351,36)	(105.519,60)

35.2 Cooperativa Central

A SICOOB CREDIVERTENTES, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIVERTENTES responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 4	324.866.264,19	200.523.550,37
Ativo – Investimentos – Nota 11	0,00	9.544.226,05
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 6	11.239.017,91	0,00
Total das Operações Ativas	336.105.282,10	210.067.776,42

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	20.569.492,30	33.343.263,25	9.180.373,20
Total das Receitas	20.569.492,30	33.343.263,25	9.180.373,20
Rateio de Despesas da Central	(503.552,31)	(928.922,39)	(987.697,36)
Total das Despesas	(503.552,31)	(928.922,39)	(987.697,36)

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	106.704.758,43	79.744.209,85
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	502.334.875,64	426.664.374,39
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	21,24	18,69
Imobilizado para cálculo do limite	10.496.891,27	7.433.136,34
Índice de imobilização (limite 50%) %	9,83	9,32

37. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(114.261,39)	(226.308,85)	(203.111,65)
TOTAL	(114.261,39)	(226.308,85)	(203.111,65)

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura

de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;



- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de

juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

38.4 Risco de Liquidez


As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir



negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os



conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

SÃO TIAGO-MG

Flávia Alves Coelho
Diretora Administrativa


Luiz Henrique Garcia
Diretor Financeiro

Helder Resende
Diretor de Gestão de Risco

Rubens Miguel Pereira
Contador - CRC/MG 091.409/O-6

6

PARECER DE AUDITORIA



**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito Credivertentes Ltda. - SICOOB CREDIVERTENTES, CNPJ: 22724710
SÃO TIAGO - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Credivertentes Ltda. - SICOOB CREDIVERTENTES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIVERTENTES em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir

a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.



Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 17 de fevereiro de 2023.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

7

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Credivertentes Ltda. – SICOOB CREDIVERTENTES, reunidos em 23 de fevereiro de 2023, em cumprimento às disposições estatutárias, declara que procedeu ao exame do Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e demais demonstrações financeiras, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. A nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião sobre as mesmas e considerando a relevância dos saldos e o volume das transações, a constatação se deu com base nas demonstrações financeiras mais representativas adotadas pela Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer da Auditoria, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

São Tiago, 23 de fevereiro de 2023.

Conselheiros Fiscais Efetivos

Luis Gustavo Caputo de Resende
Coordenador do Conselho Fiscal

Rafael César Leão
Secretário do Conselho Fiscal

Cristóvão Caputo Avelar
Conselheiro Fiscal



ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Pinto de Oliveira - Presidente
Fabiana Diéle Barros de Oliveira - Vice-Presidente
Antônio Vicente de Andrade
Cristiano Alexandre de Almeida
Lígia Honorina Moreira
Luís Cláudio dos Reis
Mauro Caporali Vivas
Wagner Ferraz Coelho Presotti
Yuri Carvalho Gomes

DIRETORIA EXECUTIVA

Flávia Alves Coelho - Diretora Executiva Administrativa
Hélder Resende - Diretor Executivo de Gestão de Risco
Luiz Henrique Garcia - Diretor Executivo Financeiro

CONSELHO FISCAL

Conselheiros efetivos:

Cristóvão Avelar, Luís Gustavo de Resende e Rafael César Leão

Conselheiros suplentes:

Henrique Fernando Godinho Santos, Miguel Arcanjo de Carvalho, Manoel Salomão de Almeida

Contador Responsável

Rubens Miguel Pereira - CRC/MG 091.409/O-6

IDENTIFICAÇÃO

Razão Social:

Sicoob Credivertentes - Cooperativa de Crédito Credivertentes Ltda.
CNPJ: 22.724.710/0001-05

Endereço:

Rua Carlos Pereira, 100 Centro
CEP 36.350-000 - São Tiago - MG
Telefone: (32) 3376-1386
www.sicoob.com.br/web/sicoobcredivertentes

CRÉDITOS

Supervisão Geral

Sicoob Credivertentes

Jornalista responsável

Mariane Fonseca - MTB 15.883/MG

Fotos

Deividson Costa

Projeto Gráfico

Mapa de Minas Comunicação Integrada

São Tiago(MG), 24 de Fevereiro de 2023



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2022



/sicoob.credivertentes



@sicoob_credivertentes



Sicoob Credivertentes



sicoob-credivertentes



@SICOOB_oficial